



UNIÃO
NACIONAL
DOS
ESTUDANTES

RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO

64º CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS DA UNE

A luta dos e das estudantes brasileiros e brasileiras sempre foi marcada por muita resistência e suor, mas também por muitas vitórias e conquistas. Entretanto pela primeira vez nas últimas três décadas de nossa jovem democracia nos deparamos com um cenário inédito: uma conspiração e um golpe político-institucional que engendraram uma fratura ao estado democrático de direito e o surgimento de um governo ilegítimo, que em pouco tempo já demonstra seu projeto nefasto e obscurantista. A educação, como pilar fundamental da construção de nossa nação, também já sofre duros ataques.

É inegável que nos últimos dez anos houveram transformações consideráveis na educação brasileira. A educação superior passou por um amplo processo de expansão e democratização. Nas universidades públicas conquistamos a ampliação e a interiorização de vagas e de universidades por meio do REUNI, o acesso foi popularizado por meio das políticas de cotas e ações afirmativas e de um novo modelo de processo seletivo com o ENEM/SISU, além do aumento de investimentos em assistência e permanência estudantil, por meio da criação de uma verba específica com o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil). No ensino privado conquistamos também a democratização do acesso, com programas importantes como o ProUni e o FIES, que também deram oportunidade à milhares de jovens, trabalhadores e trabalhadoras de entrar no ensino superior, apresentando-lhes um outro universo e novas perspectivas de vida.

As lutas do movimento estudantil e dos movimentos educacionais em geral, também deram uma contribuição fundamental para a construção de novos marcos da educação brasileira, destacando-se o papel do novo **Plano Nacional de Educação**, um projeto avançado para o país, desde a creche até a pós-graduação, construído à várias mãos. Somada a isso uma outra grande vitória foi a da aprovação da destinação dos 75% dos royalties e de 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação, fundamental para alcançarmos a meta do financiamento referente aos 10% do PIB brasileiro para a educação.

Ainda assim, nossa palavra de ordem sempre foi a de que nós não estamos satisfeitos, se muito conquistamos, precisamos defender nossas conquistas e muito ainda precisamos avançar. Mas todos esses direitos garantidos com muita luta, já no último ano enfrentavam retrocessos e cortes de verbas, com a política de ajuste fiscal equivocada, hoje estão ainda mais em sérios riscos com a consolidação do golpe e o projeto neoliberal do governo ilegítimo de Michel Temer. A primeira sinalização dos golpistas à educação foi conceder a direção do MEC ao deputado federal Mendonça Filho do Democratas de Pernambuco. Numa clara movimentação fisiológica entregou um dos ministérios mais importantes da Esplanada aos cuidados de um político sem nenhuma trajetória na área da educação e membro de um partido que historicamente combateu as políticas públicas progressistas para esse setor, como exemplo foram as Ações de Inconstitucionalidade impetradas no STF pelo DEM contra as Ações Afirmativas (cotas) e o Programa Universidade Para todos (ProUni).

Cabe destacar que as mudanças feitas no quadro administrativo do MEC têm claras intenções de construir um outro projeto de educação para o país: conservador, retrógrado e privatista. Pode se notar essa mudança por indicações como a de Maria Helena Guimarães à Secretaria Executiva, ex-secretária do governo Alckmin e defensora de teses de meritocracia e competição como método de qualidade; de Maurício Eliseu Costa à Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (SERES), ligado à Ser Educacional, um dos grandes conglomerados da educação privada no país; e principalmente o desmonte do Conselho Nacional de Educação, com a derrubada dos antigos conselheiros de maneira irresponsável e a nomeação de novos membros ligados também aos conglomerados do ensino superior privado.

Esse novo projeto de educação que querem implementar no país não se sustenta sob bases pedagógicas sólidas, mas sobre a desinformação e o senso comum, além de desconsiderar os acúmulos dos debates e das transformações que aconteceram nos últimos anos. São sintomáticas situações como o recebimento de Alexandre Frota pelo ministro, onde se apresentava uma pauta de retrocessos e absurdos para a educação, os diálogos do governo com a bancada evangélica em torno dos debates das questões de gênero nas escolas e o projeto irresponsavelmente intitulado de “Escola sem Partido” levado à cabo pelas bases parlamentares e sociais desse governo e que pretende calar o debate político e crítico nas salas de aula.

Ainda nesse caminho o governo ilegítimo aponta cada vez mais indícios de que seu programa para a educação beneficia o privado em detrimento do público. O próprio ministro e o governo já reforçaram o apoio à legislações que pretendem permitir cobrança de

taxas nas universidades públicas, a configuração do novo ministério supõe uma aproximação dos tubarões de ensino. Enquanto isso novas fusões multimilionárias tem sido debatidas entre os conglomerados da educação privada, como é o caso da Kroton e a Estácio, podendo representar mais de 30% de todo o ensino superior privado, uma negociação que se pauta tão somente pelas relações mercadológicas e de interesses do lucro de acionistas, podendo prejudicar ainda mais a qualidade dessas instituições. Precisamos estar atentos à essas fusões, construindo um Comitê de acompanhamento permanente, que intervenha junto ao CADE e também com medidas jurídicas cabíveis, a exemplo da posição da OAB-RJ que já se posicionou contra essa medida por sua inconstitucionalidade.

Os importantes programas de acesso ao ensino superior também apresentam algumas insuficiências, e é preciso repensá-los e apontar soluções para as problemáticas existentes, como as obras inacabadas do REUNI, e a falta de assistência estudantil aos bolsistas do PROUNI. O FIES é também um programa que tem apresentado profundas contradições, enquanto as universidades privadas recebem imensos valores em garantia de crédito, a qualidade do ensino não tem avançado e muitos jovens tem se endividado em decorrência das altas taxas de juros. Precisamos repensar o FIES, transformando-o em um programa que dê melhores condições de financiamento aos estudantes e que se torne uma ferramenta de contrapartida da universidade quanto à qualidade e à permanência estudantil.

Outras medidas preocupantes que também atingem a educação pública dizem respeito às novas políticas do ajuste fiscal: a ampliação de 20% para 30% da DRU (Desvinculação de Receitas da União) que retirará verbas da educação e saúde para pagamento da dívida pública e a PEC 241/2016 que tramita no Congresso com pressão do Planalto para que se aprove um teto de gastos em até 20 anos, que impossibilitará o aumento de investimentos na área da educação acima dos gastos aplicados no ano anterior (salvo a correção inflacionária). A tentativa de retirada da exploração do pré-sal das mãos da Petrobrás é também um grave risco às possibilidades de financiamento da educação, redirecionando nossas riquezas à exploradoras estrangeiras, colocando em risco a soberania nacional. Cabe destacar que em 2009 tivemos a vitória de garantir o fim gradual da DRU, que impedia a destinação de cerca de R\$ 9 bilhões anuais para a educação.

Projetos como esses jogam um balde de água fria em todas conquistas da educação, especialmente no quesito do financiamento, e impedem que possamos concretizar a popularização e ampliação da educação com a qualidade necessária. Torna-se cada vez mais difícil alcançar as metas tão desejadas do PNE (sobretudo os 10% do PIB e o Custo Aluno-Qualidade), bem como abre espaço para que as universidades públicas busquem alternativas de financiamento por parcerias privadas, permitindo que as universidades estejam subjugadas

à interesses mercadológicos e prejudicando um projeto que contribua para o desenvolvimento e soberania do país.

O movimento estudantil nunca recuou nos momentos decisivos da história de nosso país e sempre lutou para o avanço de uma educação de qualidade, democrática, inclusiva, transformadora e socialmente referenciada em nosso país. É preciso pontuar que as políticas educacionais devem compreender políticas de gênero, de relações étnico-raciais e inclusivas. Após a sequência de uma década de avanços sem precedentes na história do Brasil nos vemos em um momento de imensas contradições e grandes possibilidades de retrocesso, se sonhávamos em avançar cada vez mais, hoje resistimos para não perder o que conquistamos. É necessário lutar para que possamos manter os rumos de uma educação que esteja de mãos dadas com a liberdade de pensamento crítico e emancipador, com a popularização cada vez maior de espaços historicamente excludentes. Se muitos negros e negras, indígenas e filhos e filhas da classe trabalhadora hoje tem novas oportunidades, cabe a nós lutar em defesa dos nossos direitos e para que todos e todas nós possamos permanecer na universidade e transformando a educação do nosso país.

Nesse sentido, devemos fortalecer espaços como o do Comitê em Defesa da Democracia, pelo Fora Temer! e em defesa da educação pública, que reúne diversas entidades do movimento educacional. Convocamos também a todos os CAs, DCEs, UEEs, Federações e Executivas de Curso, e a todas entidades e estudantes brasileiros e brasileiras para no dia 11 de Agosto realizar o Dia Nacional de Mobilização Nacional pelo “Fora Temer” e “Fora Mendonça”. Não queremos um governo golpista com um modelo retrógrado de educação!

União Nacional dos Estudantes

São Paulo, 17 de Julho de 2016.